

## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021

### 02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURÉM – RELATÓRIO FINAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 77871**, datado de **2021.11.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.11.15, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 69.634/2021, do **Serviço de Ação social e Saúde**, a anexar de acordo com o artigo 30.º, do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 04 de junho, para apreciação e aprovação pelos órgãos competentes, o Relatório final, elaborado pela firma Valeconsultores, Limitada, sediada na Praça General Humberto Delgado, n.º 287, 3.º andar, salas 28 e 30, no Porto, cujo objetivo consiste na apresentação da Estratégia Local de Habitação do Município de Ourém, no período de 2021-2026.” -----

----- Participou por videoconferência, o Chefe da Divisão de Educação e Vida Saudável a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise (ver processo arquivado na respetiva pasta). -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Sabemos da importância, devido aos fundos comunitários, da aprovação deste plano e iremos votar favoravelmente, mas parece que o relatório é manifestamente insuficiente. Confesso, parece um trabalho de um universitário, um copy e paste, foi quase uma performance. Alguns dados parecem-me muito insuficientes. Não acredito que só existam duas famílias em sobrelotação em arrendamento, acho que existiram muito mais e com a questão dos migrantes, garantidamente, foram muito mais. -----

Propostas. Falta aqui algo essencial que é a questão da ARU. Quem acompanha o concelho, quem fez campanha, acho que quase todas as sedes de freguesia precisavam de uma área de reabilitação urbana. Estão todas muito degradadas. As pessoas que querem ir viver para as suas sedes de freguesias e se houvesse essa oportunidade da ARU, muitos benefícios fiscais. Perdeu-se uma oportunidade importante. -----

A questão dos incentivos à reabilitação urbana, o que está a falhar na sede do concelho, os casos de reabilitação feita pela Câmara Municipal contam-se por uma só mão. Haja incentivos, que seja dito às pessoas, que têm a possibilidade de recuperar as casas, dando uma nova imagem à cidade. -----

Vamos votar a favor. Acho que se perdeu a oportunidade de se fazer algo melhor, mas como o relatório é mutável, esperamos que na próxima edição esteja mais completo.” -----

= **SÍLVIO SOARES DA CONCEIÇÃO**, na qualidade de representante do grupo municipal CHEGA, expôs o seguinte: “Depois de ouvir isto, lembrei-me de uma notícia que ouvi, Há um tempo atrás, do Primeiro Ministro António Costa dizer, precisamente, que queria fazer 26 mil casas até 2026. Na altura, fiquei contente porque decido vender a minha, poderia ser que me calhasse alguma. -----

Ouvi falar aqui em soluções habitacionais para quem tem condições indignas e para quem tem carência financeira. Gostaria de saber qual é o critério, como se define isso. Eu também tenho preocupações sociais, não tenho é muita preocupação social com parasitas sociais, que é o que muitas vezes acontece. -----

Há determinados casos de violência doméstica que falaram aqui e que acho que faz algum sentido. -----

Gostava de saber se destas 62 famílias e destas 134 pessoas quantos é que são doentes? Ou quantos é que são deficientes? Que idade têm? Porque não trabalham? Porque é que têm carências financeiras? Isso é que, realmente, importava saber, para saber porque é que estamos a contribuir para que eles vivam melhor. Eu acho que, quem tem essas dificuldades, deveria viver melhor, mas eu gostava, primeiro, de saber porque é que têm essas dificuldades.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Ao senhor deputado Nuno Baptista, dizer que o levantamento foi feito em conjunto com as juntas de freguesia, conforme foi dito. Penso que, melhor do que ninguém, os senhores presidentes de junta conhecem a realidade do seu território e deverão ter feito esse levantamento. Recordo que este levantamento também já foi feito há, talvez, dois anos. -----

Admito que daí até agora, a questão dos migrantes possa existir, mas não foi tido em conta, mas, conforme foi dito, esta estratégia pode ser alterada de seis em seis meses. Se virmos que existem situações identificadas pelas juntas de freguesia, estamos sempre a tempo de as retificar e de trazer aqui essas alterações. -----

Em relação às ARUs, recordo que esta programa é apenas para quem vive em habitação indigna, não se aplica a qualquer habitação que possa estar ligado a comércio ou a outras

situações, pessoas que não reabilitam porque entendem que não querem reabilitar. É só para habitação indigna. -----

Recordo que em Ourém temos uma ORU que tem alguns benefícios fiscais. Houve algumas pessoas que já acederam, e bem, para requalificarem algum edificado que está devoluto e em mau estado na nossa cidade, e sabemos que é bastante. -----

Ao senhor deputado Sílvio Conceição, dizer que a identificação tem regras. A identificação das famílias é feita com base no Decreto-Lei 70/2010, onde está definido as famílias que podem ou não ser apoiadas no âmbito deste programa. Foi desta forma que identificamos essas famílias. Seguramente, há mais habitações a precisarem de ser recuperadas, mas, “se estão só aqueles que foram identificados” é porque se enquadram neste Decreto-Lei que rege esta situação. Por isso, o porquê de serem estas e não outras que foram apresentadas. -----

Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA, A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 01 VOTO CONTRA DO GRUPO MUNICIPAL CHEGA; 32 VOTOS A FAVOR – 22 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 06 GRUPO MUNICIPAL PS, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE – 33 PRESENÇAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 28 de dezembro 2021. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

